

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO RECONHECE "QUALIDADE DO ENSINO"

Curso de Tradução do IPM acreditado por Portugal

A agência de acreditação de cursos superiores de Portugal A3ES reconheceu a licenciatura em Tradução e Interpretação Chinês-Português/Português-Chinês do Instituto Politécnico de Macau. O presidente da instituição portuguesa salientou os esforços do IPM para dar aos estudantes um ensino de "alta qualidade". Por outro lado, por fechar continua ainda o processo de acreditação da Licenciatura em Direito da Universidade de Macau

Inês Almeida

A licenciatura em Tradução e Interpretação Chinês-Português/Português-Chinês do Instituto Politécnico de Macau (IPM) obteve o reconhecimento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), de Portugal. Para a entrega do certificado e do relatório de avaliação, esteve no IPM Alberto Amaral, presidente do conselho de administração da A3ES, que enalteceu o esforço para "oferecer ensino de alta qualidade aos estudantes".

A agência de acreditação salientou sobretudo a qualidade de ensino do programa, o desenvolvimento de investigação e o ambiente de aprendizagem dado aos alunos.

Por sua vez, o presidente do IPM defendeu que a avaliação contribui para que a instituição melhore "a gestão dos padrões académicos e a qualidade, aderindo aos níveis internacionais,



▼ IPM organizou ontem uma conferência sobre a qualidade do ensino superior

e oferecendo melhores experiências de aprendizagem aos estudantes". Lei Heong Lok frisou ainda que esta licenciatura foi a primeira do género da China, além de ser o primeiro curso de língua portuguesa no Continente reconhecido internacionalmente.

A A3ES tem em mãos ac-

tualmente um processo de acreditação da licenciatura em Direito da Universidade de Macau (UM). "Falámos com eles [A3ES] em Portugal e disseram que tinha de haver uma iniciativa por parte do Governo de Macau, que devia requerer directamente [a acreditação] porque a agência não tem jurisdição fora

de Portugal. E a única coisa que podia fazer seria clarificar se esses programas estariam de acordo com a legislação de Macau, o que não era a nossa preocupação", explicou ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU Augusto Teixeira Garcia, vice-director da Faculdade de Direito e presidente da comissão criada pelo

Conselho Científico da UM para este processo.

O JORNAL TRIBUNA DE MACAU tentou obter mais detalhes junto do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura mas até ao fecho desta edição não conseguiu obter qualquer resposta.

Por sua vez, o presidente da A3ES, Alberto Amaral, destacou que a UM está "a submeter a documentação" e que posteriormente haverá "uma visita por uma comissão que enviará um relatório que depois tem de ser aprovado pela administração". Ainda não é possível saber quando terá lugar a visita.

De recordar que a licenciatura em causa perdeu o reconhecimento automático de Portugal devido a alterações no seu programa de estudos.

Alberto Amaral esteve ontem no IPM para participar na conferência "As Novas Fronteiras do Ensino e a Garantia de Qualidade da Aprendizagem no Ensino Superior", durante a qual falou sobre os problemas do ensino transfronteiriço, "ou seja, dos casos em que uma universidade de determinado país ensina num diferente" e as consequências dessas circunstâncias para a qualidade do ensino.

FOTO JTM